

A BIOGRAFIA COMO POSSIBILIDADE DE ESCRITA DA HISTÓRIA

Alexandre de Sá Avelar*

O problema biográfico: retomada do gênero e reflexão teórica:

A historiografia experimentou, nas últimas décadas, uma série de “retornos”. Os historiadores voltaram a se preocupar com a narrativa, viram ressurgir o acontecimento e experimentaram a renovação da história política, outrora identificada a uma certa noção de *história historicizante*. Embora estas temáticas, de uma forma ou de outra, nunca tivessem desaparecido por completo dos debates de Clio, elas permaneceram, ao longo da hegemonia dos *Annales*, relegadas a segundo plano, em função da prevalência da “história das estruturas que passavam a explicar as ações humanas segundo determinações que escapavam a esses homens no mundo” (Guimarães, 2008, p.21). Apenas as dimensões estruturais de longa duração seriam capazes de recuperar os grandes movimentos das sociedades em suas regularidades e permanências, escapando à superficialidade dos fatos. Nesta perspectiva, o domínio econômico-social era o eixo de observação predileto dos historiadores, preocupados em desvendar o mundo histórico em sua processualidade. A história política, rica em acontecimentos e apresentada por meio de uma narrativa linear, deveria ser sepultada de uma vez por todas.

A partir do final dos anos 60, diversas críticas a esta ambição totalizadora pretenderam recuperar a feição humana dos processos históricos. A biografia suscitou preocupações com trabalhos de pesquisa mais rigorosos, capazes de demonstrar as tensões existentes entre a ação humana e as estruturas sociais, colocando o personagem e seu meio numa relação dialética e assegurando à História o caráter de um processo com sujeito. Roger Chartier, analisando as incertezas que envolvem o ofício do historiador e os rumos abertos com a descrença no marxismo e no estruturalismo, ressalta a virada epistemológica em direção ao indivíduo:

O objeto da história, portanto, não são, ou não são mais, as estruturas e os mecanismos que regulam, fora de qualquer controle subjetivo, as relações sociais, e sim as racionalidades e as estratégias acionadas pelas comunidades: as parentelas, as famílias e os indivíduos.

* Professor do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia

(...) o olhar se desviou das regras impostas para as suas aplicações inventivas, das condutas forçadas para as ações permitidas pelos recursos próprios de cada um: seu poder social, seu poder econômico, seu acesso à informação. (Chartier, 1994, p.98)

O mal-estar inicial provocado pela irrupção da biografia foi, aos poucos, sendo dissipado e o estudo de trajetórias individuais passou a ser incorporado ao modelo macroestrutural dos *Annales*. Ou, nas palavras de Le Goff (1990, p.7-8), “ (...) a biografia histórica nova, sem reduzir as grandes personagens a uma explicação sociológica, esclarece-as pelas estruturas e estuda-as através de suas funções e papéis”. Não surpreende, neste sentido, que o moleiro estudado por Carlo Ginzburg tenha sido reduzido a um bom trabalho de estudo de caso em um texto de Vovelle (1985)

Delimitada pelas perspectivas totalizantes dos *Annales*, a biografia parecia se encontrar numa encruzilhada teórica: ao mesmo em que era reconhecida sua legitimidade como objeto de estudo dos historiadores, os seus usos se limitavam a dois modelos: a biografia representativa e o estudo de caso. No primeiro, o indivíduo enfocado não é digno de reconstrução biográfica pelo que tem de singular, de excepcional, mas por sintetizar várias outras vidas, enfim, por servir de passagem para a apreensão de marcos mais amplos. Já no século XIX, Dilthey afirmava que a biografia é o meio privilegiado de acesso ao universal. (Dosse, 2007, p.16). O interesse individual não se esgotava em si mesmo. O posicionamento de um dos principais nomes dos *Annales* sintetiza este modelo de escrita biográfica:

(...) eu podia ser acusado de trair o “espírito dos *Annales*”. Eu era, com efeito, o primeiro dentre os epígonos de Marc Bloch e Lucien Febvre a aceitar escrever a biografia de um “grande homem”. Mas na realidade não me desviava nem um milímetro do meu percurso. A única modificação – das mais importantes, reconheço – dizia respeito à forma. Eu estava voltando sem rodeios à narrativa. Contava uma história, seguindo o fio de um destino pessoal. Mas continuava atendo-me à história-problema, à história-questão. Minha pergunta continuava sendo a mesma: que é a sociedade feudal?

(...) o particular (...) só me interessava quando me informava sobre o coletivo. O verdadeiro tema do livro não é Guilherme [Marechal], mas a cavalaria, seu ideal, os valores que ela afirma respeitar. E também um sistema político, o “feudalismo”, pois através desse caso concreto o funcionamento de suas engrenagens pode ser descoberto com muito maior clareza que nos tratados ou nas cartas. (Duby, 1993, p.137-138)

A biografia como estudo de caso reserva um papel ainda mais restrito ao estudo de uma trajetória individual. Neste caso, após o estabelecimento da análise

macroestrutural da sociedade e dos quadros explicativos subjacentes, procede-se ao detalhamento biográfico com fins de ilustração da realidade mais ampla abordada. O indivíduo apenas ilustra/reflete uma construção estrutural que lhe ultrapassa. Ele é exemplo, não problema.

Estas duas formas de modulação biográfica têm, obviamente, seus lugares assegurados na análise do social. Inscrevem-se em uma prática científica já consolidada pela historiografia e, segundo Souza (2007, p.28), nelas “o historiador continua mantendo-se afastado do único, do acidental, e investindo naquilo que poderia tornar-se objeto de estudo científico: o repetitivo e suas inevitáveis variações, as regularidades observáveis a partir das quais poderá-se deduzir leis de caráter mais geral”. As questões que suscitam o uso da biografia como representatividade e como estudo de caso não estão, contudo, fundamentalmente ligadas à problemática da escrita da História. A narrativa, nestes dois casos, obedece aos critérios de estabelecimento das constâncias e continuidades do mundo social. O lugar da biografia como possibilidade de uma escrita da História só poderá ser pensado a partir da colocação de outras questões e de outros termos do debate.

A construção da narrativa biográfica:

A intenção de construção de um discurso próximo da verdade é uma das marcas da prática escrita dos historiadores, podendo ser percebida desde o momento da pesquisa documental, passando pela elaboração explicativa até se consolidar na construção textual. (Ricouer, 1994, p.169-171). Este percurso não é estranho à elaboração de uma biografia e o historiador-biógrafo não pode renunciar à tarefa de narrar uma história verdadeira a partir da observação de certos cânones constituintes da pesquisa histórica. Esta sensação de poder controlar o curso da vida de seu personagem é, ao mesmo tempo, a força que dá sentido ao trabalho de construção do texto biográfico e seu maior risco, uma vez que, convencido de sua capacidade de penetrar nos acontecimentos e fatos relevantes de uma existência individual, o biógrafo se vê numa encruzilhada narrativa ao se deparar com lacunas documentais e perguntas sem respostas. Talvez, então, ele se dê conta da dimensão *ficcional* de toda biografia. O campo da escrita biográfica é certamente um palco privilegiado de experimentação para o historiador, que pode avaliar o caráter ambivalente da epistemologia do seu ofício,

inevitavelmente tenso entre seu polo científico e seu polo ficcional. Desta forma, a biografia provoca um polêmico questionamento à absoluta distinção entre um gênero verdadeiramente literário e uma dimensão puramente científica, suscitando a mescla, o hibridismo, e expressa, assim, tanto as tensões como as convivências existentes entre literatura e ciências humanas.

A escrita biográfica envolve uma narrativa de “movimentos encadeados e uma intriga codificada por fatos reais, interpretados” (Del Priore, 2009, p.11). O texto escrito por um historiador-biógrafo deve, portanto, contar a história real de uma vida, o que nos coloca inevitavelmente no cerne da problemática da narrativa ou do seu retorno, como já destacara Lawrence Stone em um artigo já clássico. O desenvolvimento da biografia nas últimas décadas é constantemente relacionado a este movimento de retomada da função narrativa do discurso histórico. Jacques Le Goff assinala que “a biografia histórica deve se fazer, ao menos em certo grau, relato, narração de uma vida, ela se articula em torno de certos acontecimentos individuais e coletivos – uma biografia não *événementielle* não tem sentido” (Le Goff, 1989, p.1). Em uma perspectiva semelhante, Levi (1996, p.168) afirma que

(...) a biografia constitui na verdade o canal privilegiado através do qual os questionamentos e as técnicas peculiares da literatura se transmitem à historiografia. Muito já se debateu esse tema, que concerne sobretudo às técnicas argumentativas utilizadas pelos historiadores. Livre dos entraves documentais, a literatura comporta uma infinidade de modelos e esquemas biográficos que influenciariam amplamente os historiadores.

Em uma analogia com a figura do migrante, Durval Muniz demarca algumas questões importantes para a reflexão acerca das possibilidades da biografia como escrita da História. A situação daquele que emigra é aqui pensada como uma alegoria da condição biográfica, pois o migrante

(...) é um sujeito partido segmentado, não é uma unidade, uma totalidade. Assim como a sua vida é errante e aberta, ele, enquanto sujeito, é também um sujeito aberto, atravessado por diferentes fluxos sociais. Ele não consegue totalizar as experiências que passam por ele mesmo, que o atravessam. Ele é um entroncamento em que diferentes estradas, diferentes séries históricas, vêm encontrar-se e, ao mesmo tempo, vêm separar-se. Ele não é só ponto de partida, nem só ponto de chegada, ele é travessia, transversalidade. (Albuquerque Júnior, 2007, p.248)

A possibilidade de uma individualidade fixa, unitária e coerente parece então se perder em meio a uma pluralidade de identidades, referências, locais. Os indivíduos não podem mais ser enquadrados em esquemas conceituais definidos e em marcos teóricos pré-estabelecidos. Os vários aspectos de uma vida não são suscetíveis a uma narração linear, não se esgotam numa única representação, na idéia de uma identidade. Ao construir biografias, os historiadores devem estar atentos aos perigos de formatar seus personagens e de induzir o leitor à expectativa ingênua de estar sendo apresentado a uma vida marcada por regularidades, repetições e permanências. A desconstrução deste arcabouço deve fazer do historiador alguém que “não aponta caminhos únicos, mas que descobre bifurcações, entroncamentos, cruzamentos de caminhos que são ao mesmo tempo fronteiras e possibilidades” (Albuquerque Júnior, 2007, p.248.). Ainda de acordo com uma importante autora:

Como nós, nossos personagens históricos não são modelos de coerência, de continuidade, de racionalidade; como para nós, as tensões entre o vivido e o que foi imaginado e desejado são fundamentais em suas vidas. E, para eles, como para nós, há uma parte indecifrável do aleatório, do imprevisível, do misterioso da vida (a não ser que acreditemos em alguma espécie de “Divina Providência”). (Borges, 2009, p.233)

Estamos diante, portanto, da crítica à “ilusão biográfica”, para usarmos os termos de Pierre Bourdieu. Para o sociólogo francês, o relato biográfico ancora-se no pressuposto “de que a vida constitui um todo, um conjunto coerente e orientado, que pode e deve ser apreendido como expressão unitária de uma ‘intenção’ subjetiva e objetiva, de um projeto”. (Bourdieu, 1996, p.184). O enredo de uma vida não é uma trajetória retilínea em direção a um fim determinado que já se manifestava desde os momentos mais remotos da infância do personagem. O elemento constituinte desta narrativa biográfica é o nome próprio, pois “é o atestado visível da identidade do seu portador através dos tempos e dos espaços sociais, o fundamento da unidade das suas sucessivas manifestações e da possibilidade socialmente reconhecida de totalizar essas manifestações em registros oficiais” (Bourdieu, 1996, p.187)

A crítica de Bourdieu certamente provocou uma “interrogação sobre esse vínculo de transparência, postulado com demasiada frequência, entre o biógrafo e o biografado” (Dosse, 2007, p.200). Mas a escrita biográfica admitiria exclusivamente a forma de uma narrativa teleológica e inevitável? Olivier Schwartz fala de uma

“dimensão barroca” da biografia quando o narrador se depara com a opacidade de uma história de vida que não é sua, uma trajetória sinuosa que pode conduzir à transgressão de todas as normas, tornando impossível a totalização denunciada por Bourdieu (Schwartz, 1990, p.177). A ficção literária já havia antecipado o caráter difuso de uma existência individual. O romance moderno, de acordo com Allain Robbe-Grillet, “está ligado precisamente a esta descoberta: o real é descontínuo, formado de elementos justapostos sem razão, todos eles únicos e tanto mais difíceis de serem apreendidos porque surgem de modo incessantemente imprevisto, fora de propósito aleatório” (Citado em Bourdieu, 1996, p.185). Neste sentido, *Tristram Shandy*, de Sterne, pode ser assinalado como uma obra inaugural do romance moderno ao colocar em primeiro plano o caráter fragmentário de uma biografia individual.

Neste livro, Sterne estabelece um diálogo entre o personagem (Tristram), o autor e o leitor: “Trata-se de um meio eficaz de construir uma narrativa que dê conta dos elementos contraditórios que constituem a identidade de um indivíduo e das diferentes representações que dele se possa ter conforme os pontos de vista e as épocas”. (Levi, 1996, p.170). Diderot, em *Jacques, o fatalista*, também se utilizou do diálogo como forma de problematização do estilhecimento do eu. O jovem Jacques e seu mestre têm cada qual sua própria vida, mas trocam seus pontos de vista e não raro os seus próprios papéis. De acordo com Levi (1996, p.171), para estes dois autores o “diálogo não era apenas o meio de criar uma comunicação menos equívoca; era também uma forma de restituir ao sujeito sua individualidade complexa, livrando-o das distorções da biografia tradicional que (...) pretendia dissecá-lo objetivamente”.

Os exemplos da Literatura poderiam ser multiplicados. A crítica irônica de Virginia Woolf, em *Orlando*, aos biógrafos que imaginavam poder controlar os seis ou sete “eus” de um indivíduo, quando ele possui centenas; a rejeição presente em Robert Musil, em seu inacabado *O homem sem qualidades*, de qualquer linearidade em uma trajetória; ou os personagens – muito mais do que heterônimos – criados por Fernando Pessoa que explodiam o “eu” mostrando que cada “cada um de nós era vários” (Deleuze e Guattari, 1995, p.11). Estas referências nos mostram que

(...) os historiadores não podem ficar imunes a essas e outras tantas provocações – não só estéticas, mas também epistemológicas – que vêm da literatura, sobretudo do romance

e da poesia modernas. Delas decorrem inúmeros questionamentos: quantos “eus” de cada existência o historiador pode resgatar em suas fontes? Como pode a narrativa histórica – tão afinada com o romance realista – representar a descontinuidade e a fragmentação de uma biografia? (Schmidt, 2004, 135)

Na construção dos seus relatos biográficos, teriam os historiadores sido capazes de escapar da presunção de dotar seus personagens de um sentido revelável pelas diversas fontes com as quais se defrontam? Estariam, finalmente, aptos a não “ver mais o texto historiográfico como um continente não-problemático e neutro de um conteúdo supostamente dado em sua inteireza por uma ‘realidade’ que jaz além dos seus limites?” (White, 1994, p. 43)

Três bons exemplos de utilização de perspectivas narrativistas no estudo de trajetórias individuais podem ser aqui mencionados, ainda que de maneira sumária. Neles, os indivíduos não são vistos como entidades fechadas e com destinos marcados, mas como produtores de diversas identidades e mesmo subjetividades, não podendo ser enquadrados em sistemas sociais homogêneos cujas categorias foram definidas *a priori* pelo pesquisador.

O primeiro deles é o livro, publicado em 1954, do medievalista italiano Arsênio Frugoni, sobre o reformador do século XII Arnaud de Brescia. Os dez capítulos da obra revelam imagens diferenciadas do personagem. Frugoni não se preocupa em nenhum momento em apresentar uma síntese totalizadora de Arnaud, capaz de revelar sua verdadeira personalidade, essência ou identidade. A narrativa não postula hierarquizações e mesmo um sentido definitivo. Na edição francesa do livro, Alain Boureau afirma que “Frugoni (...) toma partido do fragmento, da descontinuidade do real; um fato repetido por diversas fontes não possui forçosamente maior realidade do que um detalhe pouco visível oferecido por uma única fonte” (Frugoni, 1993, p. XV).

Em uma posição contrária à rigidez atribuída por Bourdieu ao nome – marca indelével da unidade existencial – Carlo Ginzburg (1989) propõe tomá-lo como o fio condutor de uma nova abordagem social e de uma nova modalidade de reconstrução do vivido. O individual não é visto em oposição ao sistema social. Este, por sua vez, é entendido como o resultado da ação de indivíduos em suas relações com outros indivíduos. Ao invés de partir de noções generalizantes como classe ou organização

profissional, o historiador deveria enfatizar as trajetórias individuais para, por intermédio delas, “percorrer em múltiplos espaços e tempos as relações nas quais elas se inscreviam. A inversão da estratégia analítica, construída agora a partir de dados fornecidos pelos arquivos, alterou significativamente a visão dos fatos” (Souza, 2007, p.29-30). Antes determinação e determinante de uma identidade unívoca, o nome é a bússola para o caminhar do indivíduo por entre múltiplos campos, sistemas e configurações sociais.

Marcado pela perspectiva microanalítica e pelos trabalhos de Edward Thompson, Maurizio Gribaudi (1987) empreendeu um estudo inovador sobre a formação da classe operária em Turim, no início do século XX. O autor lembra que acreditava em um conjunto de experiências como constituinte da identidade da classe operária da região: imigração urbana, trabalho, luta social e consciência política. Estava, portanto, partindo de uma idéia de cultura homogênea de classe capaz de unificar o comportamento dos atores sociais. Ao longo da pesquisa, ao realizar entrevistas com os protagonistas a respeito do passado de suas famílias, Gribaudi constatou um quadro totalmente novo: havia uma multiplicidade de experiências de ingresso na vida operária, o que tornava impossível a definição de categorias abstratas e homogeneizadoras de sentidos e sensibilidades. Abre-se o flanco para uma nova reflexão sobre as ações destes homens e mulheres e suas capacidades de ressignificar a vida a partir das condições históricas dadas e para novas análises do passado social.

O “eu” e o “outro” na escrita biográfica:

A narrativa biográfica supõe uma modalidade de escrita da História profundamente imbricada nas subjetividades, nos afetos, nos modos de ver, perceber e sentir o outro. Talvez este seja o grande desafio do trabalho biográfico: ao falar do seu personagem, o biógrafo, de certa forma, fala de si mesmo, projeta algo de suas emoções, de seus próprios valores e necessidades. (Borges: 2009, p. 232). Se o rigor do seu ofício garante ao historiador a legitimidade para tratar de seu personagem, as suas motivações podem ser sempre colocadas em xeque, tal como se percebe em Janet Malcom, autora de um importante trabalho a respeito das biografias e biógrafos da poeta norte-americana Sylvia Plath:

O voyeurismo e a bisbilhotice que motivam tanto os autores quanto os leitores de biografias são encobertos por um

aparato acadêmico destinado a dar ao empreendimento uma aparência de amenidade e solidez semelhantes às de um banco. O biógrafo é apresentado quase como uma espécie de benfeitor. Sacrifica anos de sua vida no trabalho, passa horas intermináveis consultando arquivos e bibliotecas, entrevistando pacientemente cada testemunha. Não há nada que não se disponha a fazer, e quanto mais o livro refletir sua operosidade [basta ver o tamanho da maior parte das biografias], mais o leitor acreditará estar vivendo uma elevada experiência literária [e “científica”, acrescento, no caso de biografias escritas por historiadores] e não simplesmente ouvindo mexericos e lendo a correspondência alheia. (Malcom, 1995, p. 16-17)

A construção da biografia torna o biógrafo “possuído” por seu personagem (Dadoun, 2000, p.52), até o ponto de se integrar totalmente ao seu universo e ser tomado por uma ilusão de dar sentido à contingência de uma vida e torná-la uma unidade significativa e coerente. (Dosse, 2007, p. 19). Para Dadoun (2000, p.62), a ilusão é necessária, pois a biografia tomaria como sua fonte última o mais poderoso e grandioso desejo humano – o de construir-se e definir-se como um “si-mesmo”. Deve o biógrafo explicitar aos seus leitores as razões da escolha do personagem biografado, a natureza objetiva do seu empreendimento, suas metodologias de trabalho, fontes, conceitos e as perguntas que fará. Expõe, portanto, as credenciais que legitimam sua participação neste “contrato de leitura” com seus leitores (Dosse, 2007, p.70). Elas supõem que o seu texto será distinto de uma obra ficcional, pois poderá ser posto à prova de verificação pelos critérios e métodos do estudo científico. Lejeune (1980, p.77-78) identifica duas contradições próprias deste pacto biográfico. Em primeiro lugar, o discurso que sustenta a erudição do biógrafo tende a ocultar a sua inevitável parcialidade e os fundamentos ideológicos do seu projeto. Não se escreve uma biografia por mero afã de conhecimento. A outra grande contradição se refere ao fato de que a totalização almejada pelo biógrafo esbarra em lacunas documentais, surgindo, por conseguinte, a utilização da psicologia e da imaginação ficcional.

De acordo com Richard Holmes, a biografia “pode propiciar uma espécie de espelho ético, no qual podemos ver, com uma força súbita a nós mesmos e nossas vidas sob diferentes ângulos” (Holmes, 1985, p. 83) A discussão dos princípios éticos na escrita biográfica tem sido marcada recentemente por processos judiciais referentes a possíveis violações de privacidade e de direitos de imagem. Que normas explícitas ou

implícitas deveriam guiar a atividade do historiador que se propõe a relatar uma vida e, para tanto, precisa tomar contato com documentos pessoais do seu personagem, entrevistar amigos e familiares – sempre contando com a possibilidade de tais entrevistas serem dolorosas ou mesmo desagradáveis para os entrevistados –, enfim, “espiar pelo buraco da fechadura”? Uma advertência de Vavy Pacheco Borges nos parece aqui um ponto de partida significativo:

Principalmente, a meu ver, é preciso um grande respeito ao outro, um cuidado para não se querer “consumir” o biografado como um produto, evitando aquilo que ocorre por vezes hoje em dia, nas relações humanas e, especialmente, em algumas relações biográficas. Uma vida não deve ser encarada como um objeto que vamos expor e vender, sem outras considerações, embora, obviamente, faça parte de nosso trabalho devolver à sociedade o produto de nossas pesquisas. (Borges, 2009, p. 237)

Bela lembrança em uma era em que o consumo de biografias e a publicização de fatos particulares movimentam um poderoso mercado editorial cada vez mais ávido de leitores e lucros! Mas a passagem acima nos remete também à problemática da conciliação entre o trabalho do historiador-biógrafo e os princípios éticos. Schmidt (2009, p. 22) nos lembra que nosso ofício “pauta-se por certas exigências, por certas convenções – explícitas ou implícitas – a respeito do que é permitido e proibido, adequado ou inadequado, valorizado ou estigmatizado”. Os rigores teóricos e metodológicos e a necessidade social de produzir e difundir nossos trabalhos historiográficos não são polos opostos às considerações de caráter ético. Quando se produzem entrevistas com o biografado ou com pessoas próximas a eles, é necessário o estabelecimento de limites bem claros a respeito do que será perguntado, do que necessita ser apreendido destas entrevistas e, principalmente, das formas de divulgação e circulação destas informações.

Seguindo ainda as reflexões de Schmidt, estas preocupações fundamentais se tornam menos atormentadoras quando atendemos à necessidade de compreender o sentido da vida que se estuda. O que nos interessa é acompanhar os passos de uma trajetória singular que suscite inquietações, dúvidas e incertezas que também possam interessar a todos aqueles preocupados com os problemas e a relevância da pesquisa e da escrita histórica. Mais do que fazer “revelações bombásticas” ou trazer à tona facetas

desconhecidas do seu personagem, o biógrafo deve sugerir respostas para questões como o funcionamento concreto de determinados mecanismos sociais e sistemas normativos, a pluralidade existente por detrás de grupos e instituições tradicionalmente vistos como homogêneos, a construção discursiva e não discursiva dos indivíduos, as margens de liberdade disponíveis às pessoas em diferentes épocas, entre outras (Schmidt, 2009, p. 23-24). Desta forma,

(...) para o historiador biógrafo em particular, não existem fatos importantes em si, que precisam ser revelados “do a quem doer”; além disso, o que lhes interessa não é o inusitado por ele mesmo. Também sua forma de encarar a verdade é – ou deveria ser – mais sofisticada, e tensionada, do que aquela própria do senso comum, limitada à factualidade imediatamente apreensível. (...) Respeito pelo personagem biografado – no sentido de compreendê-lo em sua historicidade e não como uma celebridade a ser desnudada – e respeito pelas regras, historicamente construídas, do ofício de historiador: tais me parecem ser os parâmetros mais importantes desta ética particular, aquela do profissional de História que se dedica a perscrutar os caminhos e descaminhos de uma vida. (Schmidt, 2009, p. 24-25)

Poderíamos definir as questões que foram aqui partilhadas como o sintoma de um mal-estar causado pelas pesquisas de recorte biográfico. Tais questões colocaram em xeque a possibilidade de restituirmos em sua integralidade a vida de um indivíduo e a crença de que uma trajetória humana pode estar fielmente entrelaçada aos fenômenos sociais ou que estes possam claramente delimitar e circunscrever a ação humana. Obtém-se, por intermédio delas, a perspectiva de um devir histórico aberto, em constante mudança e marcado por “dinâmicas e mecanismos interativos”. (Souza, 2007, p.34). Elas também ajudam a destacar as incertezas e desvios que predominam em toda relação social, na qual os atores não contam com guias normativos capazes de prever ou limitar sem ambivalências os efeitos dos seus atos, já que nenhum sistema é suficientemente estruturado para eliminar todas as possibilidades de escolha, interpretação, manipulação e negociação das regras sociais.

As pesquisas biográficas tornam possível o redimensionamento de várias problemáticas concernentes à escrita da História e às relações sociais. Elas evitam a formulação de paisagens monolíticas do passado, mostrando, ao contrário, que se as condições de desigualdade entre os indivíduos limitam o campo de possibilidades e de escolhas, sempre deixam margens de manobra, através das quais os homens podem se movimentar socialmente e promover mudanças, mesmo que pequenas, em seu meio (Souza, 2007, p.34). Uma escrita biográfica revelar-se-ia, portanto, um *lócus*

privilegiado, não mais para um acesso ao universal como imaginava Dilthey, mas para revalorização dos atores sociais, alargando nossa compreensão do passado sem tomá-lo como uma unidade dada e coerente, mas como um campo de conflitos e de construção de projetos de vida.

Referências bibliográficas:

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. A singularidade: uma construção nos andaimes pingentes da teoria histórica. In: *História: a arte de inventar o passado*. Ensaios de teoria da história. Bauru: Edusc, 2007, p.247-254.

AVELAR, Alexandre de Sá. A retomada da biografia histórica. **Oralidade**, n.2, p.45-60, jul/dez 2007.

BORGES, Vavy Pacheco. O “eu” e o “outro” na relação biográfica: algumas reflexões. In: NAXARA, Márcia, MARSON, Izabel e BREPOHL, Marion (orgs). *Figurações do outro*. Uberlândia: EDUFU, 2009, p.225-238.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996, p.183-191.

CHARTIER, Roger. A História hoje: dúvidas, desafios e propostas. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n.13, v.7, p.97-113, 1994.

DADOUN, Roger. *Entretiens sur la biographie*. Paris: Carnets Séguier, 2000.

DEL PRIORE, Mary. Biografia: quando o indivíduo encontra a História. **Topói**, v.10, n.19, p. 7-16, jun/dez 2009.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Editora 34, 1995 (v.1).

DOSSE, François. *El arte de la biografía*. Ciudad do México: Universidad Iberoamericana, 2007.

DUBY, Georges. *A história continua*. Rio de Janeiro: Zahar/ Editora da UFRJ, 1993.

FRUGONI, Arsenio. *Arnaud de Brescia dans le sources du XII siècle*. Paris: Lês Belles Lettres, 1993.

GINZBURG, Carlo. *A microhistória e outros ensaios*. São Paulo: DIFEL, 1989.

GRIBAUDI, Maurizio. Escala, pertinência, configuração. In: REVEL, Jacques. *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998, p.121-149

_____. *Itinéraires ouvriers: espaces et groups sociaux au début du XXe siècle*. Paris: EHESS, 1987.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Prefácio: a biografia como escrita da História. In: SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p.19-26.

HOLMES, Richard. *Footsteps: adventures of a romantic biographer*. New York: Vintage Books, 1985.

LE GOFF, Jacques. **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

LEJEUNE. Phillipe. *Je est an autre*. Paris: Seuil, 1980.

LEVI, Giovanni. Os usos da biografia. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996, p.167-182.

MALCOM, Janet. *A mulher calada*. Sylvia Plath, Ted Hughes e os limites da biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RICOUER, Paul. *Tempo e narrativa*. Campinas: Papirus, 1994 (tomo I).

SCHAWRTZ, Olivier. Le baroque de las biographies. **Cahiers de philosophie**, n.10, p.173-184, 1990.

SCHMIDT, Benito Bisso. Quando o historiador espia pelo buraco da fechadura: Ética e narrativa biográfica. **Conferência pronunciada no XXV Simpósio Nacional de História – “História e Ética”**. Fortaleza, 2009. Texto cedido a este autor.

_____. Grafia da vida: reflexões sobre a narrativa biográfica. **História Unisinos**, v.8, n.10, p.131-142, jul;dez.2004.

SOUZA, Adriana Barreto de. Biografia e escrita da História: reflexões preliminares sobre relações sociais e de poder. **Revista Universitária Rural: Série Ciências Humanas**. Seropédica, RJ: EDUR, v.29, n.1, p.27-36, jan-jul, 2007.

VOVELLE, Michel. Du quantitatif à l'étudo de cās: Théodore Desorgués. **Actes du Colloque Problems e Méthodes de la Biographie**. Sorbonne, p.3-4, mai 1985.

WHITE, Hayden. Teoria literária e escrita da história. **Estudos Históricos**, v.7, n.13, p.21-48, 1994.

WOOLF, Virginia. *Orlando*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.